

Banqueiro apóia teses de Langoni

O diretor-geral do Banco Itaú e um dos representantes da iniciativa privada no Conselho Monetário Nacional, José Carlos Moraes de Abreu, disse ontem que é indispensável a adoção de medidas para enfrentar o "sério problema que o Brasil está atravessando de inflação com recessão". Após assinalar que "não sei, e se o soubesse não estaria livre para comentar, que medidas virão no próximo pacote econômico", Moraes de Abreu disse que, na sua opinião, o conjunto de medidas defensivas pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, parece ser o mais acertado, o mais coerente e o que oferece resposta a todos os problemas.

Esse conjunto de medidas podem ser resumidas em três grandes blocos: a redução de déficit público de forma significativa mediante corte de subsídios e de gastos públicos em geral, eliminação do automatismo da correção monetária, expurgando-se fatores de ordem externa que contribuem para a alta de preços; e desamarração dos reajustes salariais mediante maior ênfase para a livre negociação.

O QUE SE ESPERA

Como detalhamento desses três conjuntos de medidas, Moraes de Abreu acredita que os limites quantitativos do crédito serão abolidos embora sua extinção possa não ocorrer imediatamente e de uma só vez. Nessa mesma linha, voltada para a redução das taxas de juro, deverá ocorrer também uma redução do Imposto sobre Operações Financeiras. O grande indutor da redução dos juros, ao lado da liberação do crédito, será a redução do déficit público e a conseqüente diminuição das pressões para captação de recursos no mercado por parte do Tesouro.

Como medida para um maior controle do déficit público, Moraes de Abreu acredita também na desvinculação do Banco do Brasil e do Banco Central. O Banco do Brasil perderia suas funções de autoridade monetária, deixaria de ser um banco híbrido e ganharia mais autonomia operacional. O Banco Central ficaria com suas funções restritas à de autoridade monetária, criando-se melhores condições para o controle do déficit público.

A redução do déficit público, a liberação do crédito, a diminuição do IOF e as mudanças (expurgo) na correção monetária, segundo Moraes de Abreu, constituem um conjunto de medidas que poderão derrubar as taxas de juro. "Sou favorável a todas, desde que adotadas em conjunto", explicou o diretor geral do Itaú. Com a redução dos juros em todos os segmentos do mercado financeiro, as cadernetas de poupança adquiririam, até mesmo maior competitividade. Pelo menos manteriam seus atrativos, apesar de uma possível redução da correção monetária.